



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LETÍCIA BARROSO DE SOUSA

MULHERES NA POLÍTICA
A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO MUNICIPAL
DE TOCANTINÓPOLIS

Tocantinópolis/TO
2023

LETÍCIA BARROSO DE SOUSA

MULHERES NA POLÍTICA
A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO MUNICIPAL
DE TOCANTINÓPOLIS

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais para obtenção do título de graduação e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Professor Me. Hesaú Romulo Braga
Pinto

Tocantinópolis/TO
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S725m Sousa, Leticia Barroso de .
 Mulheres na Política: A Sub-representação Feminina no Legislativo
 Municipal de Tocantinópolis . / Leticia Barroso de Sousa. – Tocantinópolis,
 TO, 2023.
 59 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Tocantinópolis - Curso de Ciências Sociais, 2023.

Orientador: Hesau Rômulo Braga Pinto

1. Ciência Política. 2. Representação Política Feminina. 3. Legislativo
Municipal. 4. Tocantinópolis. I. Título

CDD 300

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

LETÍCIA BARROSO DE SOUSA

MULHERES NA POLÍTICA A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Ciências Sociais para obtenção do título de Graduação e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 30 / 01 / 2023

Banca Examinadora

Prof. Me. Hesaú Rômulo Braga Pinto (Orientador UFT)

Profa. Dra. Chirley Rodrigues Mendes (Examinadora UFT)

Profa. Me. Barbara Cristina Mota Johas (Examinadora UFPI)

Tocantinópolis – TO

2023

Dedico este trabalho à minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, que sempre apoiou minhas decisões e me incentivou a estudar. Aos meus pais Maria Aparecida e Josimar, e aos meus avós Adelaide e Elias, que me deram suporte para dedicação exclusiva aos estudos. Às minhas irmãs Bruna e Gabrielle, e à minha sobrinha Cecília que foram meu refúgio nos momentos de cansaço.

Agradeço ao meu orientador Me. Hesaú Rômulo, por acreditar neste trabalho e me orientar na jornada de escrita desta monografia. Agradeço também ao Dr. César Figueiredo, meu orientador de grupo de estudos e o primeiro incentivador desta pesquisa.

Agradeço a todo o colegiado do curso de Ciências Sociais em nome da coordenadora Dra. Rita Domingues, vocês foram essenciais no meu percurso de formação.

Agradeço em especial, ao Dr. João Batista, que sempre diz que não se faz o curso de Ciências Sociais sozinho, e realmente não fiz, contei com o apoio e parceria de pessoas extraordinárias que contribuíram para minha formação acadêmica, portanto, agradeço a todos os meus colegas de curso: Joab Gomes, Jardson Quadros, Maisa Dias, Rafaela Coutinho, Letícia Pereira, Fernanda Ribeiro, Nair Trajano, Marcos Antônio, Mayara Ferreira, Luciana Conceição, Elizete Pereira e Suellem de Jesus, que estiveram comigo nesta caminhada, vocês foram muito importantes.

Por fim, agradeço imensamente, e de forma especial às minhas amigas e principais apoiadoras tanto na academia quanto na vida. Ana Paula Novaes, Izabela Reis, Fernanda Silva e Larissa Rodrigues, vocês foram o maior presente que a universidade me proporcionou, sou muito grata por tê-las como amigas.

RESUMO

Esta monografia analisa, amparada em estudos realizados no campo da Ciência Política, a sub-representação política feminina no Legislativo Municipal da cidade de Tocantinópolis – TO ao longo de sucessivas eleições, sob um recorte temporal dos pleitos ocorridos entre os anos de 2004 a 2020. Para isso, utilizou-se da metodologia qualitativa em uma análise de conteúdo temática de entrevistas e questionário aplicados à vereadores e ex-vereadoras do município. Identificou-se que a desigual carga de trabalho doméstico a qual as mulheres são submetidas e a falta de recursos financeiros para campanha, são algumas barreiras para o ingresso de mais mulheres a área da representação política da cidade.

Palavras-chaves: Mulheres. Legislativo Municipal. Representação Política. Tocantinópolis.

ABSTRACT

This monograph analyzes, supported by studies in the field of Political Science, the political under-representation of women in the Municipal Legislature of the city of Tocantinópolis - TO throughout successive elections, under a time frame of the elections that took place between the years 2004 and 2020. For this, the qualitative methodology was used in a thematic content analysis of interviews and questionnaires applied to councilors and former councilors of the city. It was identified that the unequal domestic workload to which women are subjected and the lack of financial resources for campaign are some barriers to the entry of more women to the area of political representation of the city.

Key-words: Women. Municipal Legislative. Political Representation. Tocantinópolis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização Geográfica de Tocantinópolis.....	27
Figura 2 - Localização da CMT e Igreja Matriz da Cidade	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Eleições para o cargo de vereador em Tocantinópolis (2004 – 2020).....	28
Tabela 2 - Eixos de Análise das Entrevistas e Questionário.....	32
Tabela 3 - Caracterização das vereadoras que compõem a pesquisa	33
Tabela 4 - Caracterização dos vereadores que compõe a pesquisa	33
Tabela 5 – Principais áreas de atuação e projetos das vereadoras eleitas entre os anos de 2004 a 2020	42
Tabela 6 – Diferença média de receitas por sexo do candidato	45
Tabela 7 – Receitas dos vereadores mais e menos votados no pleito de 2020	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua
LMT	Legislativo Municipal de Tocantinópolis
CMT	Câmara Municipal de Tocantinópolis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REPRESENTAÇÃO, GÊNERO E POLÍTICA	17
2.1	Representação.	17
2.2	Participação Política Feminina.....	20
2.3	Financiamento de Campanha	24
2.4	Participação Política Feminina no Legislativo de Tocantinópolis.	25
3	METODOLOGIA.....	30
3.1	Procedimentos Metodológicos.	30
4	ANÁLISE DOS DADOS	33
4.1	Descrição dos Interlocutores.....	33
4.2	Presença da mulher no corpo Político	34
4.3	Mulher, Família e Política.....	36
4.4	Atuação Política.	38
4.5	Dinheiro e Sucesso Eleitoral.	44
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
	REFERÊNCIAS.....	51
	APÊNDICES	55

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos diversos estudos produzidos em diferentes áreas do conhecimento, principalmente no campo da Ciência Política, apontam um domínio masculino sobre o espaço político (GARCIA, 2011; MARQUES, 2019; SAMPAIO; PAULA; MIRANDA, 2016; KARAWEJCZYK, 2014; PINTO, 2003; BUENO *et al.* 2020; MIGUEL; BIROLI, 2014), já que nos séculos passados as mulheres eram seres restritos ao ambiente privado do lar, sem direitos de participação política. Este cenário passa a se alterar lentamente a partir da Primeira Onda Feminista, impulsionada pelo movimento Sufragista no final do século XIX, inicialmente ocorrido em países europeus (GARCIA, 2011).

Desse modo, ao tomar como marco inicial o processo de inserção da mulher no meio político, o presente estudo discute o tema “Representação Política e Gênero”, e têm como assunto principal a sub-representação política feminina. Destaca-se como recorte geográfico a cidade de Tocantinópolis, localizada no extremo Norte do Tocantins, em uma microrregião conhecida como Bico do Papagaio. O baixo número de mulheres eleitas para a câmara legislativa do município nos últimos pleitos é o que gera este interesse de estudo.

O problema que guia a pesquisa é: em que medida a questão financeira e o trabalho doméstico impactam na sub-representação de mulheres em Tocantinópolis? A partir disso, objetiva-se de forma geral analisar a sub-representação política feminina na cidade de Tocantinópolis - TO ao longo de sucessivas eleições. De modo a atender a principal finalidade deste estudo, dispõe-se de objetivos específicos que irão orientar a pesquisa, sendo eles: 1) Realizar um levantamento teórico/bibliográfico acerca das temáticas de gênero e representação política feminina; 2) Analisar o quantitativo de mulheres candidatas e eleitas no município entre os pleitos de 2004 a 2020; e 3) Identificar causas da sub-representação política feminina no Legislativo Municipal de Tocantinópolis (LMT).

Para alcançar tais objetivos realizou-se uma pesquisa qualitativa, em que os dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas com a atual e ex-vereadoras do município, além da aplicação de questionário a alguns vereadores homens em atuação, para obter a compreensão deles sobre os aspectos da baixa participação política feminina na cidade. Os dados foram tratados através da técnica de análise de conteúdo.

Compreende-se que o caminho para aquisição de direitos políticos das mulheres foi bastante árduo, visto que o movimento pelo sufrágio feminino teve berço na Revolução Francesa, que possuía como lema: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, contudo, excluiu as mulheres após o processo revolucionário (GARCIA, 2011). Desse modo, o feminismo como

um movimento político e intelectual é considerado um filho indesejado da Revolução Francesa (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Tal exclusão feminina esteve presente inclusive nos pensadores mais importantes da época, como Rousseau, que defendia a submissão das mulheres e considerava que a educação a elas deveria ser voltada para o aspecto moral e do lar (ROUSSEAU, 2004), e não uma educação para desenvolver o pensamento e criticidade. No entanto, intelectuais importantes no nascimento do movimento feminista, como Mary Wollstonecraft, contestavam os ideais de Rousseau, afirmando que a educação concedida às mulheres era a principal causa da incapacidade feminina de compreender a política (MARQUES, 2019).

Outra figura importante no nascimento do movimento feminista foi Olympe de Gouges, que defendia a participação das mulheres na formação das leis de maneira direta e indireta através da eleição de representantes (GARCIA, 2011). Portanto, nota-se que desde a Revolução Francesa as mulheres buscam um espaço de representação política. Todavia, a sociedade da época não se mostrava muito receptiva a esses ideais, condenando algumas dessas feministas à guilhotina, pois estariam “transgredindo as leis da natureza abdicando de seu destino de mães e esposas, querendo ser homens de Estado” (GARCIA, 2011. p. 50).

No cenário brasileiro, as reivindicações acerca da participação política feminina datam desde antes da proclamação da república (KARAWEJCZYK, 2014), mas é apenas em 1932 que o voto é abertamente conquistado pelas mulheres. Nesse trajeto da luta pelo voto no Brasil se destacam duas personalidades: Leolinda Daltro e Bertha Lutz.

Leolinda Daltro era professora e batalhava por uma inclusão política feminina na sociedade, e junto a outras mulheres, fundou o Partido Republicano Feminino que protestava abertamente a favor do voto feminino (MARQUES, 2019). Por outro lado, Bertha Lutz era de família rica e tinha aversão a protestos mais violentos, e em conjunto a outras mulheres de sua classe social fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (MARQUES, 2019). Nota-se que esses partidos são criados por mulheres em um período em que elas eram seres que não possuíam direitos políticos, e que, portanto, precisariam atuar fora da ordem estabelecida (PINTO, 2003).

Apesar desses dois nomes serem destaque na história do voto feminino no Brasil, a primeira mulher a ter esse direito no país foi a professora Celina Guimarães, em abril de 1928 (MARQUES, 2019), por meio de uma liberação judicial, pois acreditava-se até então, que os interesses das mulheres eram assegurados através do voto de seus pais e maridos (MIGUEL; BIROLI, 2014). Esse direito só se estendeu ao restante das mulheres do país na década de 1930 durante o governo de Getúlio Vargas, concedendo-lhes o direito de votar e serem votadas.

Em vista disso, o feminismo dos séculos XIX e XX esteve pautado na constante luta pela aquisição de direitos políticos, e segundo Marques (2019) pode ser definido como a conscientização das mulheres sobre a opressão, dominação e exploração de que foram objeto por parte do coletivo de homens, e assim se articula como filosofia política e ao mesmo tempo como movimento social.

Apesar da conquista do sufrágio e da consolidação do Feminismo enquanto movimento social, as décadas seguintes “mostraram que era perfeitamente possível a convivência entre o direito de voto das mulheres e uma elite política formada quase exclusivamente por homens” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 81).

O entendimento desse histórico de luta no processo de aquisição dos direitos políticos femininos é fundamental para que seja possível debater a representação e participação das mulheres no meio político, pois fica nítido que esse direito esteve negado durante décadas baseados em ideais patriarcais de dominação masculina. Isso é observado principalmente quando o cenário brasileiro é colocado como foco.

Em 2022, 90 anos após a aquisição de direitos políticos pelas mulheres brasileiras, o demasiado histórico de negação e exclusão feminina nas instituições representativas, ainda demonstra resquícios na sociedade atual, podendo ser observada na baixa presença feminina nos espaços políticos em âmbitos nacional, estadual e municipal. Em vista disso, esta monografia visa estudar a representação feminina em Tocantinópolis – TO, cidade sede do Centro de Educação, Humanidades e Saúde da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), e se justifica por se tratar de um estudo ainda não realizado no município.

A partir disso, este trabalho busca compreender o porquê e de que maneira a desigualdade política observada em âmbito nacional, se reproduz em cenário local e contribui para sub-representação política feminina no LMT. Dessa maneira, a monografia levanta as hipóteses de que: *a)* o problema da divisão sexual do trabalho e *b)* a falta de financiamento às candidatas, são obstáculos para as mulheres de Tocantinópolis adentrar e ascenderem no quadro político municipal, além das dificuldades de permanecerem em um mundo eminentemente masculino.

A monografia, portanto, é composta por quatro capítulos que buscam dar base às hipóteses levantadas, sendo o primeiro esta introdução. O segundo capítulo “Representação, Gênero e Política”, se refere a fundamentação teórica em que é discutida a temática da representação e participação feminina na política, além de debater aspectos políticos do município em questão. O terceiro capítulo, "Metodologia", é um detalhamento dos procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa. O quarto capítulo “Análise

dos Dados", trata da discussão dos resultados de entrevistas realizadas, e por fim, são feitas as "Considerações Finais".

2 REPRESENTAÇÃO, GÊNERO E POLÍTICA

Neste capítulo da monografia é realizada uma discussão em torno da representação e participação feminina na política e sua importância para a democracia. Apresenta-se nesta parte alguns conceitos importantes para se pensar essas questões como Representação Descritiva (PITKIN, 1969), Política de Presença (PHILLIPS, 2001), Contrato Sexual (PATEMAN, 1993) e Divisão Sexual do Trabalho (BIROLI, 2018). Ainda neste capítulo, são elencados alguns fatores que contribuem para a sub-representação feminina na política, além de traçar um olhar específico para a participação política feminina na cidade de Tocantinópolis.

2.1 Representação

Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) ao escreverem o Dicionário de Política, definem representação como “um fenômeno complexo cujo núcleo consiste num processo de escolha dos governantes e de controle sobre sua ação através de eleições competitivas” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 1106). A complexidade deste fenômeno pode se encontrar nas distintas abordagens elaboradas por diversos autores sobre as formas de representação política.

Ao tomar como base as sociedades que possuem um processo eleitoral, a representação política irá se definir através do voto, assim, a pessoa eleita torna-se responsável por falar em nome de seus eleitores nos espaços de deliberação (MIGUEL; BIROLI, 2014). Para Young (2006), essa representação apresenta uma oscilação entre momentos de autorização e de prestação de contas, entre eleito e eleitores.

Ao abordar a temática, Pitkin (1969) aponta um tipo de representação denominada descritiva, que se define como “um espelho que reflete com exatidão os vários segmentos do público” (PITKIN, 1969, p. 15), ou seja, nessa forma de representação o fator de importância está nas características físicas do representante e não nas suas ações dentro dos espaços de poder. No entanto, a autora não acredita na eficácia desse modelo, para ela as atitudes seriam mais importantes que as identidades.

De maneira similar, Young (2006) também apresenta esse entendimento, para ela a representação política não deve ser pensada como uma relação de identidade, mas sim como uma relação dos eleitores entre si e com um representante. A autora conceitua a representação como um relacionamento diferenciado entre representantes e representados, dessa maneira, afirma que não se pode confundir a função do representante, que é “falar por” os representados e não “falar como” eles em sua ausência.

Desse modo, a democracia representativa tem mostrado se preocupar em o que os políticos representam e não quem eles são (PHILLIPS, 2001), portanto, de acordo com Pitkin (1969 p. 19) representar “significa agir no interesse dos representados, de uma forma responsiva a eles”.

Sob esta perspectiva, qualquer pessoa que possui um posicionamento semelhante ao do eleitor poderia representá-lo, contudo sua identidade não estaria visível naquele meio (MIGUEL; BIROLI, 2014). Acerca dessa questão, Phillips (2001) apresenta o que denomina de “política de presença”, ou seja, grupos considerados minoritários precisam estar presentes no corpo político para serem representados fisicamente, e assim garantirem que sua identidade seja levada em consideração nos processos decisórios. Para Phillips (2001), a presença de grupos minoritários é importante, porque as experiências contam muito para o fator da representação.

A autora não nega a forma de representação defendida por Pitkin (1969), mas acredita que apenas ela, não é capaz de dialogar com o sentimento de exclusão dos grupos minoritários. Phillips (2001) argumenta que a diversidade, tem sido compreendida pela sociedade liberal apenas com ênfase na política de ideias, ou seja, compreendem que as diferenças existem somente no campo das opiniões e crenças, negando o peso das experiências, e assim, questões de presença política não se tornam relevantes, porque a diferença é entendida apenas no campo intelectual.

Além disso, Phillips (2001) aponta que na representação de interesses os representantes certamente irão divergir dos representados, se não nas características físicas, será nas ações e/ou defesa de interesses. Portanto, para a autora, “o que confere representatividade é a condição de responsividade” (PHILLIPS, 2001. p. 271).

Desse modo, Phillips (2001) defende uma representação pautada em uma política de presença, em que os grupos sociais que formam o corpo de cidadãos, seja plenamente representado, pois, uma assembleia formada majoritariamente por homens, não é capaz de representar corretamente as mulheres, bem como, uma formada em sua maioria por brancos não pode representar pessoas negras em questões próprias, pois esses grupos não possuem a mesma vivência e experiências.

Assim, a presença feminina é de suma importância para que haja uma representação política mais democrática (SAMPAIO; PAULA; MIRANDA, 2016), visto que a pluralidade de atores no seio político torna os espaços deliberativos mais diversificados, e, portanto, mais similar ao corpo social (MIGUEL; BIROLI, 2014). Desse modo, a maior presença de mulheres na política se faz necessária para uma maior qualidade da democracia.

A partir disso, é importante analisar quem são os indivíduos que formam a massa de eleitores e quem são os eleitos que os representam. A população brasileira é formada por 51,8% de mulheres (PNAD Contínua), contudo elas representam na câmara dos deputados apenas 17% das cadeiras, e no senado são 14,8%, segundo dados da *Inter-Parliamentary Union* (2022). Esse cenário de desigualdade de presença de mulheres na política é um fator observado em diversos países, e em razão disso, ativistas do movimento feminista “apontam que legislaturas ocupadas majoritariamente por homens não podem representar devidamente as mulheres” (YOUNG, 2006, p. 140).

A resposta dada à questão da representação, surge a partir de algumas medidas corretivas, como a reserva de cadeiras no legislativo destinadas às mulheres. Entretanto, no caso brasileiro adotou-se a Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, que determina um mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidatos de cada sexo para a composição de chapas eleitorais (BRASIL, 2009). Não há reserva de vagas, ou seja, a lei garante as candidaturas, mas não garante um lugar no parlamento. Assim, por mais que o parlamento com uma maioria de homens, se tenha formado a partir de um processo eleitoral que possui mulheres como metade dos votantes, este não é capaz de representá-las de maneira adequada (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Observa-se, assim, que “a participação de mulheres no legislativo não chega a ser metade da dos homens” (SAMPAIO; PAULA; MIRANDA, 2016), o que demonstra que a utilização de cotas como medida corretiva não tem apresentado o resultado esperado, visto que os números de presença de mulheres no parlamento brasileiro ainda se encontram baixos.

Alguns estudos (PATEMAN, 2013; MIGUEL; BIROLI, 2014; BIROLI, 2018; BUENO, 2020) associam esse déficit ao histórico de exclusão política feminina, ao seu aprisionamento na esfera privada e à desigual carga de trabalho doméstico a que as mulheres são submetidas. Portanto, atender às cotas não se trata apenas do cumprimento da lei, é uma forma de impulsionar a participação e representação dentro dos espaços decisórios, incorporando grupos marginalizados ao corpo político (PHILLIPS, 2001; BUENO, 2020).

É importante frisar que quando se fala de uma pluralidade de atores para a qualidade da democracia, esta perspectiva não é voltada apenas para a inclusão de gênero dentro dos espaços deliberativos, engloba também uma presença que se diversifique em outros âmbitos como raça e etnia. No entanto, esta monografia possui o recorte de gênero e o trata como questão central. Assim, a partir do entendimento construído sobre a importância de uma representação descritiva (Pitkin, 1969) e/ou de presença (Phillips, 2001), se discutirá a seguir como tal representação tem sido observada no contexto brasileiro.

2.2 Participação política feminina

Por muito tempo, representação e participação política foram definidos por autores da Ciência Política como polos opostos, contudo, Pateman (1992) descreve uma participação que rompe com os teóricos clássicos. A autora compreende a participação política sob um viés educativo, em que concederia à população um maior entendimento sobre o funcionamento da política e da sociedade.

Para Pateman (1992) a participação não funciona de maneira a substituir a representação, mas sim para aprimorá-la, assim maiores oportunidades de participação geraria um avanço na qualidade da representação (MIGUEL, 2017). Desse modo, uma maior participação gera um rompimento com a ideia clássica liberal de que apenas a elite age politicamente e que o corpo social é apático a esse sistema.

A abertura de espaços à participação popular direta é importante, entre outros motivos, como forma de redistribuição do capital político – ou, para utilizar um linguajar mais up-to-date, como forma de “empoderamento” dos cidadãos comuns, que ganhariam tanto graus de autonomia em sua vida cotidiana quanto qualificação para melhor dialogar com seus representantes. É a participação que pode ampliar seus horizontes, dar a eles o entendimento da lógica da política, torná-los mais capazes de intervir de maneira consciente, até mesmo estratégica, na formulação de seus próprios interesses. (MIGUEL, 2017. p. 110)

A partir dessa concepção de uma política participativa, grupos considerados minoritários e socialmente marginalizados buscam se inserir no seio político, visando assim, uma maior e melhor representação política.

Partindo desse ponto, a reivindicação do movimento feminista pelo direito das mulheres de votarem e serem votadas ocorre, porque, a política é um campo de decisões muito importante para as sociedades democráticas, entretanto, no Brasil, é ocupada majoritariamente por homens brancos, ricos e com experiência nesse meio (BUENO *et al.* 2020). Como consequência, os interesses desse nicho em específico são priorizados em razão aos desígnios de outros grupos, como de mulheres. Assim, desde o final do século XX, quando estas conquistaram direitos políticos, discute-se sua inserção nesse espaço.

É fato que o gênero feminino por muito tempo esteve restrito ao ambiente privado do lar, enquanto o masculino transitava pelo mundo público (MIGUEL; BIROLI, 2014). A transição da mulher à esfera pública esteve carregada de diversos percalços, principalmente quando se trata do mundo político. Assim, “para participação das mulheres na esfera pública, impõem-se filtros que estão vinculados às responsabilidades a elas atribuídas na esfera privada e à construção de sentidos do feminino que ainda guardam relação com a noção de domesticidade” (BIROLI, 2018, p. 11).

Retomar o conceito de Contrato Sexual, apresentado por Carole Pateman é essencial para que se construa o entendimento dessa divisão de esferas. De acordo com Pateman (1993), o modelo de contrato social elaborado pelos autores clássicos, ignora totalmente a existência de um contrato sexual que se baseia na separação de uma esfera pública e uma esfera privada, em que existe uma marcada divisão entre as atribuições designadas a cada gênero. Desse modo sendo competido ao feminino o mundo privado – do lar – e ao masculino o mundo público – política.

Para Pateman (1993), a história do contrato sexual trata o direito político como um direito patriarcal, ou seja, o poder que os homens exercem sobre as mulheres. Desse modo, foi através desse entendimento de que o poder político é um instrumento de coerção patriarcal, que os direitos políticos femininos foram negados por tantos anos. Por isso, mesmo a partir da aquisição do direito de votar e serem votadas, as mulheres enfrentam dificuldades de adentrar à política.

Isso porque, elas passaram a transitar pela esfera pública, entretanto, os homens permaneceram sem transitar ativamente na esfera privada, fato observado por Biroli (2018) como o problema da Divisão Sexual do Trabalho, sendo esse o principal fator de dificuldade da permanência e ascensão de mulheres ao poder político, visto que na atualidade brasileira, não há legalidades que as impeçam de adentrar este espaço.

Entretanto, a desigual Divisão Sexual do Trabalho em que compete ao gênero feminino o exercício das funções do lar, causa uma sobrecarga a essas mulheres que por consequência acabam possuindo uma jornada dupla de trabalho, uma remunerada na esfera pública e outra não remunerada na esfera privada.

A responsabilização desigual de mulheres e homens por um trabalho que se define, assim, como produtivo e não remunerado seria a base do sistema patriarcal no capitalismo. O patriarcado, como sistema político, consistiria numa estrutura de exploração do trabalho das mulheres pelos homens. Seu núcleo, nessa perspectiva, é a divisão sexual do trabalho, em que se configurariam dois grupos (ou classes): as mulheres, que têm sua força de trabalho apropriada, e os homens, que se beneficiam coletivamente desse sistema (BIROLI, 2018, p. 28).

Dessa forma, a Divisão Sexual do Trabalho impacta a vida política de mulheres que precisam se dedicar tanto à vida pública quanto ao trabalho doméstico, e assim, a família que para os homens é um apoio no meio político, para as mulheres se torna um fardo (MIGUEL; BIROLI, 2014). Desse modo, abre-se precedente para tratar em específico das mulheres negras, que além de precisarem lidar com o sistema patriarcal, precisam ainda enfrentar uma sociedade racista. Contudo, apesar das dificuldades impostas social e historicamente, as mulheres permanecem ocupando – mesmo que em pequeno número – os espaços públicos de poder.

Essa baixa presença de mulheres na política, que é também denominada sub-representação, demonstra uma marginalização feminina nos pleitos, visto que nas eleições municipais de 2008, 2012, e 2016 elas constituíram apenas um terço das candidaturas, e entre os eleitos representavam um décimo (BUENO *et al.* 2020). Assim sendo, “os estudos convergem para o alerta crítico de que a desigualdade da participação de gênero é um grande problema para a democracia” (BUENO *et al.* 2020, p. 37).

Conforme mencionado anteriormente, a desigualdade de representação de gênero se torna um problema para democracia, porque esta necessita de uma pluralidade de participantes para que possa ocorrer uma melhor representação do corpo social como um todo (YOUNG, 2006). Portanto, a igualdade de participação se faz necessária para o melhor cumprimento e qualidade da democracia.

Os aspectos da Divisão Sexual do Trabalho e do Contrato Sexual, impactam também a vida política das mulheres que se lançam nesse cenário, visto que, ainda no contexto atual há uma associação da mulher com a esfera privada, que inclui o cuidado com a casa, marido e filhos. Desse modo, ao se inserirem no meio político elas ainda carregam consigo uma preconceção maternalista de que as mulheres possuem uma sensibilidade diferenciada e que fazem uma política mais humana (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Essa concepção maternalista, também nomeada por outros autores de “política do desvelo” (MIGUEL; FEITOSA, 2009), trata-se da socialização diferenciada que as mulheres recebem, vinculada à divisão sexual do trabalho, pois a forma feminina de reação a questões morais é diferente da forma masculina de agir, já que em sua socialização a mulher é encarregada de cuidar de todos: dos pais, dos filhos, dos maridos; enquanto os homens possuem um modelo masculino ausente (MIGUEL; FEITOSA, 2009). Dessa forma, esse cuidado e sensibilidade específica que são tidas como características de muitas mulheres, não é algo biológico, e sim social, que muitas vezes se materializa na política. Isso justifica o porquê de muitas vezes os assuntos tratados por mulheres na política remeterem a questões que se caracterizam como provenientes da esfera privada.

Sarti (2004) afirma que no Brasil, a participação política feminina se intensifica nos movimentos de bairro, justamente porque isso as retira do ambiente doméstico. Desse modo, observa-se que enquanto há um movimento de mulheres buscando se desvincular da esfera privada e da noção de domesticidade, há também uma imposição velada que atrela a participação política delas a esse ambiente, e caso não se enquadrem nesses ideais, as chances de uma receptividade dos eleitores são reduzidas (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2013). Assim:

As mulheres na política são incentivadas a se mover em um círculo reduzido de temáticas tidas como apropriadas e que, por mais relevantes que sejam em si mesmas, são consideradas menos importantes e contribuem para segregá-las nas posições menos centrais do campo. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 92).

Assim, nota-se que a concepção de uma política maternalista age para a manutenção da divisão sexual do trabalho dentro da própria esfera política, limitando as mulheres ao campo das questões sociais, enquanto aos homens são reservadas ações de maior prestígio social (MIGUEL; FEITOSA, 2009).

Voltando-se para a inserção de mulheres no ambiente político, Miguel e Biroli (2010) descrevem três recursos necessários à participação política em geral, sendo eles: tempo livre, rede de contatos e dinheiro. Os autores argumentam que a ausência do primeiro é o fator impactante para baixa participação de mulheres na política, visto que esse tempo livre é capturado pela esfera privada com as responsabilidades domésticas e cuidados com os filhos.

Por mais que na atualidade a mulher também transite fora da esfera privada, a Divisão Sexual do Trabalho, a partir da socialização que compete às mulheres o trabalho doméstico, é um fator que reduz a possibilidade do tempo livre. Assim, a divisão doméstica do trabalho influencia de maneira direta a possibilidade de envolvimento político das mulheres (BIROLI, 2018).

De maneira contrária, o tempo livre fora da esfera privada proporciona aos homens a possibilidade de relacionar-se e obter uma rede de contatos capaz de angariar recursos para o financiamento eleitoral (MIGUEL; BIROLI, 2010). A importância desse recurso na candidatura e eleição de mulheres, se discutirá no tópico seguinte.

Observa-se, portanto, que os conceitos de representação e participação estão diretamente relacionados, visto que, para uma qualidade da representação é necessária uma maior participação do corpo social, contudo, é importante salientar que estes não são termos equivalentes. Enquanto a representação se define pela escolha de representantes através do voto, a participação se refere à uma possibilidade de introduzir-se ao sistema político, ou seja, na representação, o representante irá agir no interesse dos representados, falando por eles, já a participação mostra que o corpo social não é apático a política, participando ativamente.

Dessa maneira, uma maior participação política feminina gera uma melhor representação a esse grupo, pois as inclui nos processos decisórios, caracterizando, assim, o que Phillips (2001) definiu como uma política de presença.

2.3 Financiamento de Campanha

Ao observar as cotas eleitorais de gênero como medida corretiva no sentido de introduzir a mulher no meio político, nota-se que estas não têm se mostrado muito eficientes, visto que de acordo com Speck (2013, p. 117) “somente 12,9% dos vereadores eleitos são mulheres”.

Alguns autores demonstram em estudos que tal insucesso ocorre devido a ação negligenciadora dos partidos em relação às candidaturas femininas, além da adoção de medidas que consolidam a desigualdade de financiamento entre candidatos homens e mulheres (SACCHET e SPECK, 2010; BUENO *et al.* 2020; BUENO, 2020).

Compreende-se, assim, que o financiamento de campanha é um fator impactante para a sub-representação feminina no Brasil, visto que “dinheiro e voto tem sido parceiros íntimos na produção do sucesso eleitoral” (BUENO *et al.* 2020, p. 38). Isto porque, segundo Sacchet e Speck (2010) quanto mais recursos financeiros utilizados nas campanhas, maior a chance de o candidato ser eleito. Corroborando tal afirmação, Mancuso e Speck (2014), demonstram em seu estudo que o sucesso eleitoral no Brasil é conduzido pela condição financeira, fator esse que privilegia candidatos com maior capital.

Segundo Speck (2013), é esperado que o dinheiro não tenha muito peso na política local, pois se trata de uma rede de comunicação menor, capaz de tornar o candidato mais conhecido. No entanto, Bueno *et al.* (2020), identificam causas da sub-representação feminina a partir da perspectiva do financiamento de campanhas de eleições municipais, e atestam que a média das receitas de financiamento eleitoral das mulheres é 50% menor que a dos homens. Assim, os autores constatam que o não sucesso eleitoral de mulheres está estritamente relacionado à falta de financiamento de suas campanhas. Isso porque, “quanto mais recursos o candidato tiver para tocar sua campanha, maior sua chance de obter votos e vencer as eleições” (SPECK. 2013, p. 120).

Sacchet (2011) verifica a existência de um sub-financiamento significativo e crescente das campanhas femininas para deputada estadual e federal entre os anos de 2006 a 2010. Em âmbito municipal, Bueno (2020) realiza uma pesquisa sobre o financiamento eleitoral em 441 municípios nas eleições de 2008, 2012 e 2016, e demonstra que a quantidade de receitas dos candidatos homens é sempre maior que o das mulheres, representando uma diferença estatisticamente significativa. Dessa maneira, “pode-se afirmar que mulheres recebem relativamente menos votos que os homens porque recebem menos receita” (BUENO, 2020).

[...] o financiamento político dos homens é sempre superior ao das mulheres e o impacto do financiamento é maior para as candidatas do que para os candidatos,

pontuando o gênero como elemento que impacta sobre o financiamento eleitoral e a quantidade de recursos recebidos (BUENO, 2020, p. 60)

Desse modo, apesar das mulheres por lei representarem um terço das candidaturas, Bueno *et al.* (2020) constatam que elas recebem apenas um quinto do total de recursos de financiamento, e conseqüentemente se tornam um décimo entre os eleitos. Ribeiro e Oliveira (2013) observam essas ações como resultados dos processos históricos e culturais, que agem de modo a dificultar a participação feminina na competição eleitoral.

Cervi (2010) considera que a questão monetária no que tange ao financiamento de campanhas, é algo que está profundamente ligado ao debate sobre igualdade política. A falta de recursos impede o candidato de realizar adequadamente diversas tarefas de campanha, como: montar um comitê, comunicar-se com o eleitor, apresentar suas propostas e fazer publicidade (SACCHET, 2011). Desse modo, a impossibilidade de realização de atividades de campanha que demandam recursos acentuam a desigualdade política entre candidatos que possuem um maior financiamento em relação àqueles que têm recursos limitados.

Visando equiparar a clara desigualdade de financiamento de campanha entre candidatos e candidatas, no ano de 2022, a Câmara dos Deputados aprovou a emenda constitucional nº117, que altera o artigo 17 da Constituição Federal e impõe aos partidos a designação de 30% dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para as candidaturas femininas (BRASIL, 2022). No entanto, o Ministério Público Federal (MPF) aponta que a emenda deixa a cargo dos partidos essa distribuição do montante, o que poderia ocasionar uma concentração de recursos em alguns núcleos de candidatas, já que esta é uma prática já observada na política brasileira (MPF, 2022). Assim, o MPF sugere que sejam feitas legislações que determinem porcentagens de distribuição universal do recurso de modo a favorecer candidatas de maneira geral.

2.4 Participação política feminina no legislativo de Tocantinópolis

No sistema político brasileiro constituído por três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, os governos municipais são a menor unidade política existente (BOHN, 2009) e possuem um Executivo e um Legislativo com autonomia de atuação, conforme garante a Constituição Federal de 1988.

Ao assegurar a autonomia municipal, a Constituição Federal instituiu dois poderes locais de governo, Executivo e Legislativo, conferindo ao Município, dentro do aspecto político da autonomia, “capacidade de organizar e constituir o seu próprio governo, isto é, a capacidade de estruturar os Poderes Legislativo e Executivo, bem como seu interrelacionamento”. (MAURANO, 2007, p. 11)

O Legislativo Municipal é composto, portanto, por vereadores eleitos em pleitos cuja duração do mandato é de 4 anos. Assim, de acordo com a emenda constitucional nº 58 de 23 de setembro de 2009, as composições das Câmaras municipais se dão de acordo com a quantidade de habitantes existentes no município em questão (BRASIL, 2009).

Ao poder Legislativo Municipal é conferido um papel de suma importância para as cidades, que por vezes pode ser pouco entendido pela população. A este poder cabe funções legislativas, judiciárias, fiscalizadoras e administrativas (BRASIL, 2019), além de levar ao executivo as demandas da sociedade local, visto que o legislativo está inerente a um sistema representativo de governo (MAURANO, 2007). Assim, esse é o poder mais próximo e o mais representativo aos cidadãos, já que:

Ao consagrar o poder local, a Constituição garante um amplo caminho de participação, instrumento necessário à afirmação do Estado Democrático. Isto porque ser cidadão “é também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos”. (MAURANO, 2007, p. 10).

Dessa forma, se o ser cidadão implica uma participação ativa na sociedade, as mulheres só se tornaram de fato cidadãs no Brasil, na década de 1930, quando após um longo processo de luta, conquistaram direitos políticos. A partir de então se passa a existir - mesmo que de maneira desproporcional - uma representação a este grupo.

Segundo Bohn (2009), as eleições locais são muito importantes para o acesso da mulher à representação feminina, já que estas são as menores unidades políticas existentes na maioria dos países. Isso facilita o trabalho de campanha do candidato, já que torna mais fácil se fazer conhecido pelos eleitores, além de que, comparativamente, as eleições locais são menos custosas em termos financeiros (BOHN, 2009).

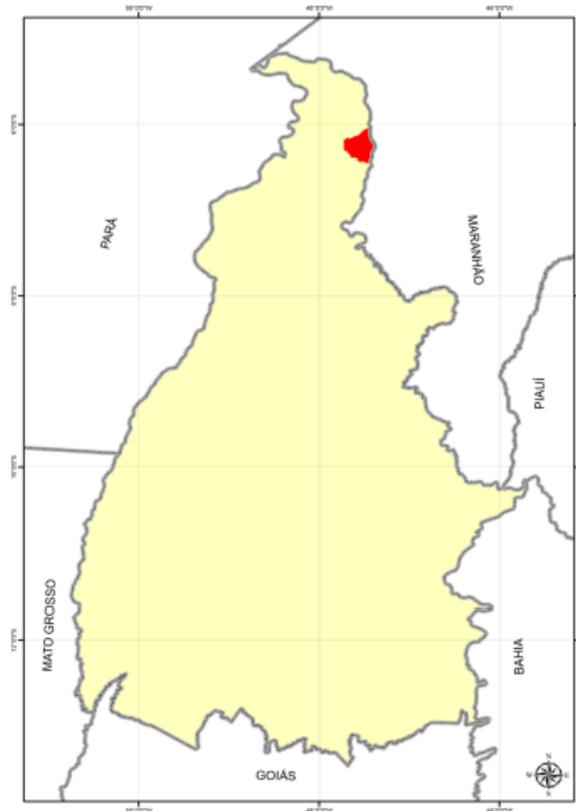
Por esses motivos, a eleição municipal é considerada como o primeiro estágio para aqueles que desejam seguir carreira política. Desse modo, as dificuldades e o insucesso de mulheres no legislativo municipal, pode demonstrar algumas causas da sub-representação feminina em âmbito nacional.

Assim, a partir do que se foi discutido nos pontos 2.1 e 2.2, o presente trabalho se direciona de forma mais específica à cena política de Tocantinópolis, e sua representação feminina ao longo de sucessivas eleições, pois como já citado, compreende-se o Legislativo Municipal como um importante espaço de representação política.

A cidade de Tocantinópolis possui uma área territorial de 1.083,600 km², localiza-se às margens do Rio Tocantins, no extremo norte do estado, em uma microrregião conhecida como Bico-do-papagaio, a 523 km de Palmas, capital do estado, fazendo divisa com a cidade de Porto Franco, estado do Maranhão (Imagem 1). De acordo com o último censo do IBGE

(2010), o município tem 22.870 habitantes, e, portanto, segundo a emenda constitucional acima mencionada possui um total de 11 vereadores, já que têm uma população maior que 15 mil e menor que 30 mil habitantes (BRASIL, 2009).

Imagem 1: Localização Geográfica de Tocantinópolis



Fonte: Diretoria de Pesquisa e Informações Estatísticas. Base de Dados Geográficos do Tocantins 2012.

Os habitantes de Tocantinópolis se distribuem entre áreas urbana e rural, caracterizando-se como uma população carente, já que segundo dados do IBGE (2010) 78% dos habitantes se encontram em situação de pobreza e 17% em condição de pobreza extrema. Desse modo, trata-se de uma população que depende em grande porcentagem de programas sociais de auxílio e distribuição de renda. Apesar dos números atuais relativos à situação econômica dos habitantes do município, no passado, Tocantinópolis – antes chamada de Boa Vista - foi uma cidade de prestígio e referência do norte de Goiás – período anterior à divisão do estado entre Goiás e Tocantins.

Ainda, tratando de seu histórico, o município possui uma forte tradição política, marcada pelo coronelismo na figura de Padre João, liderança política e religiosa que esteve à frente da cidade por muitos anos (PALACIN, 1990), tanto que o município por muito tempo foi

popularmente conhecido como Boa Vista do Padre João, e ainda carrega este legado nos dias atuais.

Dado o histórico de junção entre os poderes políticos e religiosos em uma só figura, com o Padre João, constata-se que essas duas esferas estão intrínsecas no município. Isso é possível visualizar inclusive na disposição dos espaços dentro da cidade, já que o prédio da Câmara Municipal de Tocantinópolis (CMT) se localiza próximo à igreja católica matriz do município (Imagem 2), local histórico no qual foi moradia do Padre João (PALACIN, 1990). A sede da CMT, localiza-se, portanto, próximo à Orla da cidade, e abriga os 11 gabinetes de vereadores, que ficam dispostos em um único corredor. O prédio possui também salas administrativas e o plenário onde são realizadas as sessões.

Imagem 2: Localização da CMT e Igreja Matriz da cidade



Fonte: Fernando Cunha, 2021.

Nos termos de representação política feminina, nota-se um déficit no município estudado, pois segundo dados coletados *online* no *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apenas três mulheres foram eleitas para a CMT, no período de 2004 a 2020 (2004, 2008, 2012, 2016 e 2020), sendo uma delas reeleita, ou seja, em cinco pleitos o município elegeu quatro mulheres, como mostra a Tabela 1. Apenas uma candidata alcançou a reeleição.

Tabela 1 - Eleições para o cargo de vereador em Tocantinópolis (2004 - 2020)

Ano	Total de candidatos	Candidatas Mulheres	Mulheres Eleitas
2004	38	9	1
2008	51	13	1

2012	56	18	1
2016	56	17	0
2020	62	18	1

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral

Ao observar a Tabela 1, é possível notar que ao decorrer dos anos o número de candidatas mulheres ao LMT apresenta um crescimento em termos absolutos. Observa-se que os maiores crescimentos na quantidade de mulheres candidatas se dão entre os períodos eleitorais de 2008 a 2012, podendo atribuir tal fato a implementação da lei de cotas eleitorais de gênero que obteve sua promulgação no ano de 2009.

Desse modo, constata-se que em 2004 as mulheres representavam 23,6% do total de candidatos, porém, não representavam nem 10% dos eleitos. Já em 2020, elas representavam um percentual de 29% dos candidatos, mas continuaram em uma margem representativa inferior a 10%. Observando o ano de 2016, as candidatas mulheres eram 30% do total, no entanto, nenhuma delas conseguiu se eleger, ou seja, por mais que o número de candidatas tenha apresentado crescimento, o número de eleitas permanece estagnado em 1 por pleito. Assim, considerando os apontamentos de Maurano (2007) sobre o Legislativo Municipal ser o maior campo de representação política da população, pode-se afirmar que entre os anos de 2017 a 2020 - período do mandato do pleito de 2016 - a cidade de Tocantinópolis não possuiu uma representação feminina na política local.

Partindo dessa observação dos dados relacionados ao baixo número de mulheres eleitas ao LMT, compreendendo o histórico de exclusão política feminina e os aspectos que marcam a sub-representação em âmbito nacional, esta pesquisa se propôs a discutir os motivos e as formas com que tais desigualdades se reproduzem no contexto local. Para isso, utilizou-se da metodologia qualitativa para compreender a sub-representação feminina em Tocantinópolis.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados e descritos os processos metodológicos utilizados para análise dos elementos que compõem a pesquisa.

3.1 Procedimentos metodológicos

A metodologia de pesquisa diz respeito às técnicas e ferramentas utilizadas pelo pesquisador para estudar, analisar e compreender o objeto da pesquisa (CHIZZOTTI, 1995). Este é, portanto, um estudo de natureza qualitativa, em que se adotou como técnicas a entrevista individual semiestruturada (MINAYO, 2010) e a aplicação de questionário (CHIZZOTTI, 1995).

A entrevista semiestruturada, consiste em um conjunto de questões previamente formuladas e outras abertas, o que permite ao entrevistador ter um diálogo mais fluido com seu interlocutor (MINAYO, 2010). Essa técnica foi aplicada nas entrevistas com a atual vereadora de Tocantinópolis, eleita em 2020, e duas ex-vereadoras do município, eleitas entre os anos de 2004 a 2012.

As entrevistas foram compostas por 27 perguntas orientadoras elaboradas pela autora, mas de modo geral foram abertas para que as interlocutoras pudessem contar suas experiências em cargo público. As entrevistas com as ex-vereadoras foram realizadas nos domicílios das interlocutoras, enquanto com a atual vereadora foi realizada na CMT. As conversas obtiveram um tempo de duração variado de 30 a 40 minutos, foram gravadas em áudio e transcritas para análise.

A técnica de aplicação de questionário foi direcionada aos vereadores homens do município. Esta, “consiste em um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa” (CHIZZOTTI, 1995, p. 55). O questionário foi elaborado pela autora e disponibilizado *online* através da plataforma *Google Forms*. Foi encaminhado aos vereadores via aplicativos de mensagem e será disponibilizado nos anexos deste trabalho.

O questionário, portanto, foi aplicado a 4 vereadores homens (de um total de 10 vereadores) da atual gestão, para que se obtivesse a compreensão deles sobre os aspectos da baixa participação política feminina na cidade. Os outros 6 vereadores que compõem a CMT atualmente não se mostraram disponíveis para realização desta pesquisa, pois quando contatados alguns não se disponibilizaram, enquanto outros se mostraram solícitos, mas não responderam ao questionário. Apesar desses contratemplos, optou-se por conduzir a pesquisa

com este universo de interlocutores, realizando uma análise em torno da categorização das respostas, com mecanismos objetivos de interpretação, a partir da narrativa dos respondentes.

De maneira mais detalhada, a participação dos vereadores se deu da seguinte forma: três vereadores, se disponibilizaram e responderam ao questionário assim que solicitados. Um vereador respondeu às perguntas após diversas tentativas de contato e insistência da autora. Três vereadores se mostraram solícitos em responder quando contatados, contudo, após o envio do questionário, não o responderam e passaram a ignorar as tentativas de contato¹. Os outros três vereadores do município, ao tomarem ciência do tema da monografia apenas encaminharam o contato da atual vereadora, não se disponibilizando a colaborar com a pesquisa.

Assim, de modo a garantir o sigilo de identidade nas respostas dos entrevistados, estes serão nomeados como V1, para a atual vereadora, V2 e V3, para as ex-vereadoras, e V4, V5, V6 e V7 para os atuais vereadores homens que contribuíram com o estudo.

O método de organização e exploração de dados empregado nesta pesquisa foi o de Análise de Conteúdo, que segundo Chizzotti (1995), é a busca de sentidos e significados consistentes num texto que podem ser encontrados e interpretados através da aplicação de diferentes técnicas, buscando observar a frequência de citação de alguns temas, palavras ou ideias.

O autor pressupõe que dentro de um texto existem significados ocultos que podem ser observados a partir de uma análise com as técnicas apropriadas. Assim, Chizzotti (1995) afirma que o objetivo da utilização da análise de conteúdo é compreender de maneira crítica as significações explícitas ou não no material analisado.

Dessa maneira, o procedimento da análise de conteúdo se constrói a partir de uma decomposição do material, por meio de "unidades elementares" (CHIZZOTTI, 1995), podendo ser palavras chave, termos, ideias ou temas. Em vista disso, aplicou-se nesta pesquisa, uma análise de conteúdo temática, que de acordo com Rosa e Mackedanz (2021, p. 11) “dá a possibilidade de fornecer uma descrição mais detalhada e diferenciada sobre um determinado tema específico ou grupo de temas, dentro da análise de dados”.

A partir desse entendimento, este estudo realizou uma análise de conteúdo temática segmentada nas seguintes categorias demonstradas pela Tabela 2:

¹ Foram realizados esforços na tentativa de contato via e-mail, ligações e mensagens.

Tabela 2: Eixos de análise das entrevistas e questionário

Categoria	Temática
Presença da mulher no corpo político	Participação e Representação política feminina no LMT sob a ótica dos vereadores
Mulher, família e política	Impacto das questões de gênero na candidatura e eleição de mulheres para o LMT
Atuação política	Dificuldades enfrentadas e projetos apresentados durante o mandato de vereadoras entrevistadas
Dinheiro e Sucesso eleitoral	Importância do financeiro na eleição de mulheres para o LMT

Fonte: Elaborado pela autora

As categorias apresentadas são, portanto, desenvolvidas da seguinte maneira:

1) Presença da mulher no corpo político: em que se é analisada através das entrevistas e questionário, a percepção dos interlocutores acerca da participação e representação feminina no LMT. E dessa maneira, faz-se uma correlação entre o que é dito pelos interlocutores e o que demonstra a teoria.

2) Mulher, família e política: em que buscou-se compreender o entendimento dos entrevistados sobre a dupla jornada feminina entre política e família. Nesta categoria é analisada como as questões familiar e de gênero impactam na candidatura, bem como na eleição de mulheres;

3) Atuação política: em que procurou-se enunciar a atuação dessas mulheres durante o exercício da função de vereadoras. Aqui são elencados os conhecimentos tidos por elas acerca da função que desempenham, as dificuldades enfrentadas no exercício da função, e os requerimentos e projetos apresentados durante o mandato.

4) Dinheiro e Sucesso eleitoral: em que retoma a discussão iniciada anteriormente e exprime como a questão financeira é importante para o sucesso eleitoral, adotando como ponto central os meios financeiros com os quais as atuais e ex-vereadoras realizaram suas campanhas para alcançar o sucesso eleitoral.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, executa-se uma caracterização dos interlocutores e análise das entrevistas e questionário aplicados, buscando compreender nas falas dos entrevistados elementos que sustentem, ou não, a hipótese da sub-representação feminina na cidade de Tocantinópolis.

4.1 Descrição dos interlocutores

A descrição das interlocutoras mulheres é realizada a partir de uma divisão entre atual parlamentar e ex-parlamentares. Assim sendo, a atual vereadora do município é nascida em Tocantinópolis, possuía 32 anos e formação superior em Enfermagem quando eleita em 2020. Em relação às ex-vereadoras entrevistadas, são mulheres que nasceram em outras cidades, mas que construíram a vida e a carreira profissional e política em Tocantinópolis. Ambas se encontravam em idades acima dos 35 anos quando eleitas e possuíam ou cursavam o ensino superior em pedagogia. Todas as três entrevistadas possuem um histórico familiar de exercício de cargo político, destacando-se V1 que é prima do atual prefeito da cidade, e V2 que afirma que sua mãe foi a primeira Prefeita mulher do estado de Goiás.

As três entrevistadas atuavam em profissões, antes de se elegerem, que dispunham de um contato direto com a população da cidade: V1 é enfermeira, V2 possuía um comércio local e V3 foi agente comunitária de saúde (Tabela 3). Elas acreditam que essa proximidade é um fator que contribuiu para se elegerem vereadoras.

Tabela 3: Caracterização das vereadoras que compõem a pesquisa

Vereadora	Idade	Ramo/ Profissão	Escolari- dade	Partido	Quantidade de mandatos como vereador	Ano do Primeiro Mandato
V1	38	Saúde (Enfermeira)	Ensino Superior	Partido Social Democrático (PSD)	1	2021
V2	70	Empresária	Ensino Superior	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	2	2004
V3	47	Saúde (agente comunitária)	Ensino Superior	Partido Social Cristão (PSC)	1	2012

Fonte: elaborada pela autora a partir das entrevistas

Em relação aos vereadores homens, todos eles possuíam idade acima dos 35 anos quando eleitos, no pleito de 2020, dois deles possuem formação superior e dois apenas ensino médio. Todos possuem profissões de contato com a população, como é possível observar na Tabela 3.

Tabela 4: Caracterização dos vereadores que compõem a pesquisa

Vereador	Idade	Ramo/ Profissão	Escolaridade	Partido	Quantidade de mandatos como vereador	Ano do Primeiro Mandato
V4	46	Comunicação Social	Ensino Médio	Partido Social Cristão (PSC)	1	2021
V5	38	Empresário	Ensino Superior	Partido Social Cristão (PSC)	1	2021
V6	43	Docente e Inspetor de Recursos Naturais	Ensino Superior	Partido Social Cristão (PSC)	2	2017
V7	53	Vereador	Ensino Médio	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	3	2013

Fonte: elaborada pela autora a partir das respostas ao questionário

4.2 Presença de mulheres no corpo político

A percepção dos colaboradores desta pesquisa em relação aos aspectos que dificultam a inserção de mais mulheres no cenário político da cidade de Tocantinópolis é bastante variada, mesmo que de forma geral todos os participantes discursam em favor de maior presença feminina neste campo.

Contudo, o interlocutor V4 impõe condições para se posicionar em favor de um maior número de mulheres na câmara. Para ele, a mulher precisa apresentar uma "autonomia sobre suas decisões/opiniões", desse modo, se observa na fala do vereador em questão, alguns resquícios do pensamento que por anos negou a participação feminina na política, delegando a representação das mesmas aos seus pais e maridos.

Em contraposto, V5, V6 e V7 não estabelecem condições e compreendem que a baixa presença de mulheres na política atualmente se dá devido a fatores históricos de exclusão feminina, como cita o vereador V6:

Acredito que haja uma certa herança cultural da sociedade patriarcal ampliado pela doutrina judaico-cristã que coloca o homem como mentor de muitas decisões nos

espaços sociais diversos e a política acaba por reproduzir essa lógica. Nota-se movimentos e adaptações na estrutura legal para inclusão de mais mulheres, mas ainda há uma participação tímida do público feminino e ainda pouca presença nos espaços de deliberação política. (V6, 2022)

Acerca dessa tímida participação citada pelo vereador, os interlocutores demonstram ter consciência do predomínio masculino sobre a política, e do déficit que o município apresenta em relação a presença de mulheres na composição da câmara, já que a cidade possui um histórico de eleger apenas uma mulher – ou nenhuma - nos pleitos para o legislativo. Todavia, observa-se em algumas das falas uma certa culpabilização feminina por esse reduzido número participativo, e há a afirmação de que elas não demonstram interesse em candidatar-se.

[...] pra mim ela [a política] é predominada por homens. É muito difícil a inserção da mulher no campo político, pela própria mulher, a dificuldade parte das mulheres, não que os homens não queiram, não abram espaço, mas não sei se é a cultura da mulher, não sei se é o medo de entrar [na política], mas a gente percebe a dificuldade já na candidatura, na hora de registrar uma candidatura. (V1, 2022)

Não obstante à culpabilização das mulheres por sua própria sub-representação, há vereador que designa apenas a elas a superação da desigualdade política: “as mulheres que estão na política deveriam fazer campanhas pras outras se interessarem” (V7, 2022). Esse entendimento de que apenas as mulheres são responsáveis pela tratativa da sub-representação feminina é observada na prática quando ao serem contatados para contribuir com uma pesquisa que aborde tal temática, os vereadores homens indicam conversar com a vereadora mulher, afastando de si a responsabilidade de qualquer fator que contribua para baixa presença de mulheres no município.

A partir do exposto nos capítulos anteriores desta monografia, constata-se que a “herança cultural da sociedade patriarcal” e a “falta de atitude das mulheres”, apontadas e compreendidas pelos interlocutores como fatores determinantes da sub-representação feminina no LMT, em termos conceituais, se trata da desigualdade estrutural de participação dentro do ambiente político, em que pesa para as mulheres o negligenciamento que estas sofrem em relação ao financiamento de suas campanhas, além do histórico de exclusão política feminina à qual estão sujeitas. Desse modo, a superação dessa desigualdade não depende apenas da intenção destas mulheres.

O “medo de entrar na política”, definido pela interlocutora como um possível fator explicativo da baixa presença de mulheres na CMT, é aqui observado como a socialização da mulher na sociedade patriarcal, que introduz nelas um sentimento de não pertencimento ao ambiente político, o que pode gerar um certo receio de adentrar tal esfera, seja por não identificação, ou por não se sentirem aptas ao cargo. Miguel e Biroli (2010) afirmam que no

campo político é esperado uma maior qualificação da mulher, enquanto tal fator não possui o mesmo peso para a eleição de candidatos homens.

Ou seja, os homens conseguem se eleger com graus de instrução mais baixos, enquanto o mesmo não acontece com candidatas mulheres (BUENO, 2020). É possível observar essa tendência no município estudado e dentro do grupo de interlocutores da pesquisa, pois enquanto há dois vereadores apenas com grau de ensino médio, todas as mulheres eleitas entrevistadas possuíam formação de ensino superior.

a mulher ela acha que nunca cabe naquele lugar, ela acha que ela tá ali pra ajudar outras pessoas, mas quando colocam pra você ir entrar, disputar, colocar sua cara, a gente sempre fica receosa, porque na verdade ainda existe, por parte da gente mesmo, aquele entendimento do sexo frágil (V1, 2022).

Há detalhes nas respostas que podem demonstrar uma posição indiferente, ou até mesmo contrária dos entrevistados sobre a presença de mulheres no meio político. Para ilustrar, há vereador que acredita que em grau de importância “tanto faz” a presença de mulheres no LMT, além disso, acredita que os eleitores sentem mais confiança em candidatos homens. É interessante analisar que tal consideração parte de um vereador homem que se declara como branco, características que compõe a elite política brasileira. Desse modo, observa-se que no discurso todos se mostram favoráveis à maior inclusão feminina na política, contudo alguns apresentam contradições em suas respostas.

Quando questionados sobre quais poderiam ser os principais e possíveis motivos para não existir mais mulheres vereadoras na CMT, os vereadores homens apontam as seguintes causas: as mulheres não se candidatam, a mulher não gosta de se envolver com política, e as candidatas não tem dinheiro para fazer uma boa campanha eleitoral.

Na mesma perspectiva, as vereadoras mulheres, elencam como causas o medo de adentrar a política e a preocupação da mulher com o cuidado da família. A partir desses motivos elencados, os pontos a seguir traçam uma análise mais detalhada sobre eles.

4.3 Mulher, família e política

Tocantinópolis, por se tratar de um município pequeno e geograficamente distante de grandes centros urbanos, não é um local em que há muitas oportunidades de emprego e crescimento profissional, tanto que a população ocupada de acordo com o IBGE (2010) está em torno de 11%. Em decorrência disso, famílias se formam mais cedo e as mulheres se tornam encarregadas do lar. Desse modo, o número de mulheres que possuem o trabalho doméstico como principal atividade é alto.

Em vista disso, enquanto por um lado há vereadores que veem as mulheres como principais culpadas pela sub-representação feminina no LMT, por outro, há aqueles que compreendem que a participação da mulher no meio político não depende única e exclusivamente delas, mas sim de uma junção de fatores como as responsabilidades que elas carregam dentro da esfera privada, como é apontado por V2: “Na verdade, hoje a atuação da mulher na política é um desafio, porque a mulher ela tem a casa, tem os seus afazeres em casa e a política ela toma um bom tempo da nossa vida né, então precisa realmente ter disponibilidade e é um desafio” (V2, 2022).

Observa-se a partir dessa afirmação que a desigual Divisão Sexual do Trabalho é um fator que interfere na maior participação e representação política feminina também no contexto de Tocantinópolis, tanto que todas as entrevistadas abordaram tal temática em suas respostas antes de serem provocadas com questões referentes ao assunto.

A partir disso, foi possível ter uma compreensão do quão impactante a preocupação com o trabalho doméstico é na vida de mulheres que decidem se lançar no meio político, resultando em falas que abordavam a temática de maneira espontânea. A exemplo disso, têm-se a resposta de V3 para os motivos da baixa presença de mulheres no LMT:

A maioria não quer, sabe por quê? Porque tem os afazeres da casa, tem o esposo, tem os filhos, porque quando a gente se empenha demais em uma função a gente deixa a outra, aqui em casa sou muito cobrada, às vezes eu tento conciliar, mas não consigo. (V3, 2022)

Através da fala de V3 constata-se o que Miguel e Biroli (2014) abordam sobre a família ser um fardo para as mulheres que adentram a política, pois há uma enorme cobrança em relação ao trabalho a ser executado no ambiente privado, dessa maneira as mulheres enfrentam duas jornadas de trabalho, uma remunerada na esfera pública e outra não remunerada na esfera privada (BIROLI, 2018). A mesma cobrança não é observada em relação aos homens, pois para eles, a política é compreendida como local de trabalho, e o lar como refúgio.

É importante pontuar que todas as vereadora e ex-vereadoras entrevistadas possuem uma profissão desligada da esfera privada, portanto elas já se dividiam entre o trabalho e a casa, e com a atuação política a carga de trabalho externo ao lar se intensifica. Assim, entende-se que o apoio e a compreensão da família são essenciais para que as mulheres se lancem candidatas. Dessa maneira, a família precisa ser uma base para as mulheres, na mesma medida que é para os homens, e não se tornar um fardo, como aponta Miguel e Biroli (2014).

Quando questionadas sobre o que motivou essas mulheres vereadoras a se candidatarem, V1 e V3 afirmam que foi a partir de convite dos partidos e incentivo das pessoas a sua volta,

enquanto V2 afirma que partiu dela o desejo de se candidatar, pois acreditava que assim poderia ajudar a população carente da cidade. Ao descrever o processo de convite e aceite para ser candidata a vereadora do município, V3 conta que se uniu com seu marido e filhos para tomar uma decisão

A primeira coisa que eu fiz quando fui entrar na política foi pedir a opinião do meu esposo e dos filhos, porque eu sei que não é fácil, como eu disse, toma muito tempo da vida da gente. A gente fica boa parte do tempo fora de casa e se não tiver compreensão da família fica difícil conciliar. (V3)

É interessante observar como nesse caso a decisão final de candidatar-se parte de uma deliberação entre os membros da família, e não de uma decisão unilateral da candidata em si. Já em relação à candidata V2, ela afirma que inicialmente possuía apoio da família, mas isso foi mudando no decorrer dos anos, inclusive, seu marido não gosta que ela ainda esteja nesse meio.

A partir das respostas das interlocutoras, é perceptível que todas elas possuíram em algum momento o posicionamento favorável dos familiares para adentrarem ao ambiente político. Pode-se em certa medida, atribuir isso ao fato de todas possuírem um histórico familiar de pessoas que atuam ou atuaram na política, podendo assim se configurar como um incentivo a essas mulheres de ainda permanecerem nesse espaço.

De modo geral, observou-se que o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos são fatores de grande implicância para que as mulheres da cidade não se sintam encorajadas a se lançarem ao ambiente político, fato esse definido equivocadamente pelos interlocutores como um “desinteresse político”. Assim, é compreendido que elas não se candidatam por questões estruturais da sociedade, pautadas em uma desigual Divisão Sexual do Trabalho, que compete às mulheres toda a responsabilidade pelos deveres domésticos, e não pelo simples fato de não quererem, ou não se interessarem, como apontam alguns vereadores.

Repetidas vezes, os interlocutores afirmam que as mulheres não querem se candidatar, contudo, V2 observa que falta ao município oportunidades que deem espaço para que elas adentrem tal meio. Portanto o tópico a seguir apresentará um panorama de como ocorre a atuação política das mulheres que conquistaram um espaço na CMT.

4.4 Atuação política

As interlocutoras da pesquisa apresentam um entendimento semelhante a respeito das funções exercidas pelo legislativo, que condiz com a fiscalização e aprovação de leis para o município. De acordo com V3 “O trabalho do vereador é muito importante, porque o vereador

é o verdadeiro representante do povo, legalmente ele é o verdadeiro representante, então ele tem um papel fundamental dentro da câmara municipal” (V3, 2022).

Juntamente a essas compreensões, as entrevistadas atribuem também um caráter assistencialista ao papel do legislativo. Esse entendimento é justificado pelas interlocutoras dado ao contexto de ser um município pequeno, interiorano, e que possui uma população carente, como cita V1

Se eu for olhar pela lei o papel do vereador é esse, é unicamente legislativo mesmo, mas nós estamos em uma cidade pequena, como que uma pessoa chega na minha porta dizendo que precisa de uma ajuda e eu não vou dar? [...] A cidade de interior ela tem uma particularidade e como a gente é conhecido, todo mundo sabe quem você é, todo mundo vai na sua porta, tem essa questão de ir te procurar na sua casa, então o vereador acaba exercendo esse papel assistencialista também. (V1, 2022)

A interlocutora compreende que esse caráter assistencialista pode não se configurar como uma designação real do vereador, mas acredita que isso pode ser uma questão de ponto de vista. A interlocutora V2 também corrobora com a visão assistencialista, tanto que a todo momento ela cita que entrou no mundo político porque possuía a pretensão de ajudar a população carente do município. Da mesma forma V3: “eu nunca esperei atuar na política, mas eu sempre queria um trabalho onde eu pudesse ajudar as pessoas”.

Essa tendência assistencialista é notada não apenas na compressão das mulheres, essa visão é observada também nos apontamentos dos vereadores, tanto que V7 afirma ser importante a presença de mulheres no legislativo para que elas possam contribuir na realização da vontade dos eleitores. Sobre essa questão, Lopez (2004) aponta que há uma distorção da noção do trabalho do vereador que muitas vezes é confundido com a prática de atendimento de assistência social.

O autor pontua que o trabalho do vereador de fato é desenvolvido em torno do atendimento de questões e pedidos de sua base eleitoral, e afirma que “do ponto de vista da racionalidade eleitoral, maximizadora de votos, esse comportamento é coerente, dado que o capital político do Vereador é medido por sua capacidade de atender aos pedidos que lhe são encaminhados” (LOPEZ, 2004. p 156). Contudo, esse atendimento não deve ser confundido com assistencialismo.

As entrevistadas consideram também que o trabalho político é algo que se faz diariamente, principalmente em um município pequeno como Tocantinópolis, “a gente atua na política não somente com cargo político, mas a gente acaba fazendo política todos os dias” (V3, 2022). Elas compreendem que é necessário, portanto, fazer um trabalho de base com as mulheres da cidade não apenas em período eleitoral, é preciso que elas se façam conhecidas e possam disputar de maneira igualitária com os homens.

Nota-se que as interlocutoras conservam um “gosto” pela vereança, e que ambas possuem uma “ambição”, que se define como o percurso político dos parlamentares: se eles se candidatam apenas uma vez, se se mantém no mesmo cargo por vários mandatos ou se buscam candidatar-se a cargos mais atrativos (MESSIAS, 2019). De acordo com Messias (2019) a passagem pelo cargo legislativo municipal é considerado o primeiro degrau na escalada da ambição, possibilitando o acúmulo de capital político.

Assim a ambição é observada em V2 a partir do número de pleitos aos quais disputou: em 2002 foi vice-prefeita de Tocantinópolis, foi vereadora no ano de 2004, e reeleita em 2008; em 2016 disputou a prefeitura com o atual prefeito, mas não conseguiu se eleger. Observando com mais afinco a eleição de 2016, é notável que o então candidato não possuía carreira política, aquela foi a primeira eleição disputada por ele.

Em contrapartida, ela já possuía todo um capital político de anos de atuação, e ainda assim não conseguiu se eleger, mesmo que “o acúmulo de capital político qualifique o indivíduo para enfrentar, com chances de vitória, uma competição política” (MESSIAS, 2019. p 12). Pode-se vincular isso ao fato de que o candidato em questão, atualmente prefeito, integra a família que possui tradição política no poder executivo da cidade.

A interlocutora V1 também faz parte do grupo familiar de tradição política do município, sendo prima do atual prefeito. Foi candidata e eleita pela primeira vez em 2020 e demonstra um desejo de continuar a carreira política ao afirmar que “com certeza” se candidatará novamente, mantendo um suspense se concorrerá à reeleição ou ao cargo executivo.

Messias (2019) aponta que quando um político busca sempre se candidatar a um cargo mais atrativo, ele possui a chamada ambição progressiva, e isso é visível na trajetória da entrevistada V3: ela foi eleita vereadora em 2012, concorreu e se elegeu como vice-prefeita em 2016 e em 2020, e afirma que irá se candidatar novamente, acredita-se que ao cargo executivo, mesmo que ela não tenha dito com todas as palavras.

Voltando-se para a atuação política das interlocutoras, inicialmente foi questionado a elas se enfrentaram alguma dificuldade ao adentrarem a CMT, e foram obtidas respostas diversas: V1 afirma ter encontrado dificuldades no que se refere ao ambiente ao qual foi inserida, em que ela era a única mulher em meio a uma câmara formada majoritariamente por homens. Ao tratar dessa questão, a vereadora designa a si mesma a responsabilidade de ter encarado isso como uma dificuldade

[...] eu enfrentei dificuldades interiores, coisa da mulher, pessoal. Veja bem, não é fácil você chegar numa sessão, numa câmara de 11 pessoas e você se ver a única mulher naquele meio, então até você se adaptar... isso eu tô falando de algo próprio

meu, individualmente falando. Até você se adaptar leva um tempo, até você entender o seu papel leva um tempo, até você conseguir se impor leva um tempo. (V1, 2022)

A mesma tendência é observada quando V1 cita uma situação na qual teve sua vida particular exposta por um de seus colegas vereadores na CMT

Eu enfrentei também, você deve saber, uma situação muito difícil pra mim, que foi uma exposição muito pessoal minha por parte de um vereador que não vem ao caso, mas isso até tramita na justiça. É algo que não só me atingiu na minha vida política, também me atingiu na minha vida familiar, porque eu sou mãe, eu tenho filhos adolescentes, eu sou esposa, então isso aí feriu a minha vida particular, foi algo que entrou no meu íntimo de mulher, no meu íntimo de mãe, e isso foi difícil, foi muito difícil (V1, 2022).

Apesar de ter enfrentado essa situação e, de acordo com ela, isso ter impactado negativamente sua vida, V1 afirma enfrentar isso como um processo, “eu acho que tudo é uma construção, tudo é um processo, a gente tem que passar por dificuldades que é pra poder também entender o processo e aprender até a se fortalecer mais”. Miguel e Biroli (2014) afirmam que o feminino transita na sociedade patriarcal como seres concebidos como inferiores e frágeis, e assim estão mais suscetíveis à violência, e através do relato de V1, é perceptível que a vereadora em questão sofreu um ato violento por parte de um vereador.

As respostas de V2 e V3 para o questionamento em relação às possíveis dificuldades que elas enfrentaram durante atuação como vereadoras foram negativas, elas não listaram fatores dificultosos, contudo, no decorrer das entrevistas notou-se contradições nas falas de V2, em que ela cita situações que foi submetida durante o exercício do mandato que certamente se configuram como adversidades

Eu já enfrentei várias vezes vereador que desligou o microfone porque eu queria falar, e eu ia lá e ligava e falava “você não desligue”, que puxou o livro de ata da minha mão, mas eu ia lá e enfrentava [...] Eu sempre mostrei a força, apesar da gente ser muito fragilizada lá dentro, mas eu sempre não demonstrava isso (V2, 2022).

Chama a atenção a recorrência do verbo “enfrentar” e o fato de que em todas as respostas as vereadoras sempre afirmam que é preciso demonstrar força, se impor, não demonstrar fragilidade: “eu não deixei em nenhum momento que os vereadores pudessem achar que eles têm mais direito” (V3, 2022). Assim, observa-se que elas precisam adotar uma postura combativa ao adentrar a esfera política, atitude essa vinculada ao “padrão masculino de comportamento político” (MIGUEL; FEITOSA, 2009) para serem de fato respeitadas dentro do ambiente da CMT.

Contrariamente a essa postura que as vereadoras afirmam que precisam adotar dentro do ambiente político, está a noção – dos próprios entrevistados – de que a política necessita de mais mulheres, porque elas possuem uma forma mais humana de se fazer política: “as mulheres tem um olhar diferenciado para questões mais sensíveis do nosso País” (V5, 2022), “as

mulheres são mais detalhistas” (V6, 2022), “a forma como as mulheres abordam os assuntos é diferente” (V7,2022), “a mulher vereadora acho que no lado social ela é mais humana, ela enxerga com melhores olhos as pessoas no lado social, no lado das políticas públicas” (V2, 2022).

Essa concepção de uma diferença feminina no exercício do cargo é contado pelas próprias mulheres como vantagem, já que demonstraria que elas estão distantes da política convencional feita pelos homens (MIGUEL; FEITOSA, 2009), no entanto, isso é observado por Miguel e Biroli (2014) como uma associação do cuidado que a mulher desenvolve dentro do lar e que toma forma no campo político. Dessa maneira, as mulheres estariam dentro da política, presas em certas temáticas que envolvem a assistência social ou a família (MIGUEL; BIROLI, 2014; BIROLI, 2018).

Em relação a atuação das vereadoras no LMT, é observado que por mais que compartilhem da ideia de uma ação assistencialista do vereador, elas não se mantêm aprisionadas nessas temáticas. Na verdade, é constatado que suas atuações geralmente estão voltadas para sua área de trabalho, como demonstra a Tabela 4:

Tabela 4: Principais áreas de atuação e projetos das vereadoras eleitas entre 2004-2020

Vereadora	Área de atuação	Projetos destacados
V1	Saúde	Tornar os profissionais da educação um público prioritário para o recebimento da vacina de Covid-19, no período em que a vacina ainda era escassa e apenas alguns grupos poderiam ser contemplados.
V2	Comércio	Criação da Casa da Farinha, que atenderia a população da zona rural e possibilitaria uma produção em maior escala para o comércio na cidade.
V3	Saúde	Criação de poços artesianos nas comunidades rurais do município para melhor qualidade de vida da população

Fonte: Elaborado pela autora a partir de entrevistas com as vereadoras

A partir dos projetos e áreas de atuação destacados por elas, constata-se também, que as mesmas não se mantêm presas em temáticas de cunho maternalista, como aponta Miguel e Biroli (2014).

Em relação aos projetos apresentados pelas vereadoras, elas possuem consciência de que eles, em sua maioria, são apenas propositivos ao executivo, já que não cabe ao vereador elaborar projetos que demandem de orçamentos. Contudo, V2 afirma que o poder executivo dificilmente atende aos projetos e requerimentos apresentados pela câmara:

Não adiantava mandar projetos, porque os requerimentos que você mandava nenhum era respondido, a gente cobrava do prefeito pra ele pelo menos responder, mas nenhum era respondido, era tudo engavetado, e acho que até hoje continua assim, o prefeito não atende requerimento de vereador. Todos os meus projetos foram aprovados pela câmara, mas nenhum foi colocado em prática. (V2, 2022).

De acordo com V2, essa prática de não atender aos projetos e requerimentos dos vereadores não é algo restrito apenas às vereadoras mulheres, estende-se a todos os legisladores de forma geral. De maneira oposta ao que é colocado por V2, as entrevistadas V1 e V3 não apresentam o mesmo protesto, já que ambas obtiveram projetos e requerimentos aprovados e executados pela prefeitura. Poder-se-ia atribuir isso ao fato de que V1 e V3 são da base do governo, enquanto V2 fazia parte da oposição.

Ao se tratar dos projetos e requerimentos, é importante estabelecer a diferença entre os dois: os projetos costumam ser mais elaborados e podem demandar uma aplicação de orçamento da prefeitura, enquanto os requerimentos são mais básicos, se tratam das demandas que a população apresenta ao legislativo. Esses requerimentos, portanto, são entendidos como os atendimentos que Lopez (2004) identifica como importantes para o relacionamento do vereador com seu eleitorado, já que o permite ter uma interação com os problemas e questões que afetam os eleitores em seu dia a dia.

Ao ser colocado como foco a relação das entrevistadas com os eleitores, elas compreendem que possuem redutos eleitorais que concentram seu maior número de eleitores: V1 afirma que seu eleitorado são os trabalhadores da área da saúde, V2 acredita ter eleitores bem diversos com uma concentração maior no bairro em que ela reside, já V3 afirma que seus eleitores são a população mais carente município.

Assim, o fato de Tocantinópolis possuir uma grande população de baixa renda, contribui para que a relação dos vereadores com seus eleitores esteja pautada no atendimento, em que a população faz pedidos e em alguns casos os vereadores buscam atender, como cita V3: “a gente é solicitado pra várias situações, eu gosto de me sentir útil quando sou solicitada, e em tudo que sou solicitada eu procuro atender, mas claro que as condições financeiras não te dão condição pra atender tudo” (V3, 2022).

Esses pedidos não ocorrem apenas para vereadores eleitos. Em período eleitoral essas solicitações apresentam um crescimento segundo as entrevistadas, e a questão financeira é algo que pesa, pois “aqui [em Tocantinópolis] a política gira em torno do dinheiro” (V2, 2022). Partindo dessa afirmação, o tópico a seguir discute a importância do dinheiro para o sucesso eleitoral de mulheres em Tocantinópolis.

4.5 Dinheiro e sucesso eleitoral

Alguns autores como Bohn (2009) e Speck (2013) afirmam que as eleições locais não dependem de muitos recursos financeiros. Por se tratar de uma área menor, torna mais fácil o candidato fazer-se conhecido dos eleitores, sem necessariamente precisarem montar um comitê ou gastarem com propagandas nas grandes mídias, desse modo, o financeiro não apresentaria um grande peso para as candidaturas.

Partindo das afirmativas desses autores e levando em consideração a observação de Bueno *et al.* (2020) sobre a importância do financeiro na eleição de mulheres em cargos legislativos, elucida-se aqui o peso que o financiamento tem apresentado nas candidaturas de mulheres em Tocantinópolis, visto que as interlocutoras deste estudo afirmam que a política do município é pautada pelo dinheiro.

Ao serem questionadas sobre o financiamento que obtiveram durante suas campanhas, todas as entrevistadas afirmaram que não receberam nenhum recurso partidário para realização da mesma. Todo o capital aplicado foi proveniente de recursos próprios e/ou de doação de amigos e familiares, fato que corrobora com o estudo de Mancuso e Speck (2014), em que concluem que o financiamento de campanhas em eleições para vereador, as autodoações e doações de pessoas físicas são as que demonstram maior predominância. Assim, todas as entrevistadas consideram que o pouco dinheiro investido na campanha foi um fator dificultante do trabalho, precisando fazê-lo “na raça” (V3,2022).

As campanhas das mulheres que conseguiram se alçar no campo da representação legislativa em Tocantinópolis, foram conduzidas por elementos considerados simples como a distribuição de santinhos, e a utilização de carros de som com o *jingle* da candidata. Para a vereadora mais recente, ela considera que a utilização da internet e redes sociais foi primordial para conseguir fazer com que seu material de campanha chegasse aos eleitores.

A internet e as redes sociais, tem se mostrado atualmente como grandes aliados nas campanhas políticas, fazendo com que as informações cheguem a um número maior de eleitores mais rapidamente, o que não ocorre quando se faz uma distribuição física do material de campanha. Assim, em certa medida, a internet pode gerar um impacto nas campanhas e eleições de mulheres, contudo, para o contexto de Tocantinópolis acredita-se que esta apenas não é capaz de superar a desigualdade política, já que, de acordo com os interlocutores, os eleitores da cidade decidem seu voto baseado na pessoa do candidato, se o conhecem pessoalmente.

Se tratando das candidatas que se elegeram em eleições passadas, elas afirmam ter utilizado de recursos que atualmente são considerados ilegais para a justiça eleitoral, como a distribuição de camisetas de campanha e de cestas básicas. A entrevistada V2 conta que seu anseio de conseguir entrar para o meio político era tamanho que o comércio possuído por ela faliu após uma campanha em que foram feitas muitas doações.

Desse modo, os elementos utilizados por essas mulheres, mesmo que considerados simples, demandam de um certo recurso financeiro, pois a confecção de materiais visuais e audiovisuais, e a distribuição dos mesmos necessitam de capital financeiro destinado à campanha.

Somando isso ao conhecimento construído em relação às reduzidas oportunidades e taxas de ocupação dos habitantes do município, o que muitas vezes condiciona mulheres ao exercício de atividades domésticas não remuneradas, pode-se afirmar que o financiamento é algo que pesa bastante para a candidatura de mulheres em Tocantinópolis, pois estas não encontram possibilidade de se lançarem ao meio político, já que não dispõem de recursos para arcar com uma campanha. Em vista disso, em muitos casos elas são convidadas apenas para preencher lista e cumprir a lei, e não para realmente concorrerem, pois não têm a possibilidade de fazerem uma campanha robusta. Em consonância a essa afirmação, V3 diz: “Quando eu falo que quero mais mulheres, eu quero que elas se candidatem pra concorrer, não é completar lista não, é pra fazer campanha mesmo, concorrer.” (V3,2022).

É observado, assim, que mulheres que possuem renda própria e uma ocupação para além da esfera privada, encontram-se um passo à frente na corrida pelo sucesso eleitoral. Miguel e Biroli (2014) demonstram que quando mulheres conseguem romper com as barreiras que dificultam sua entrada no meio político, estas não se diferenciam muito da elite política masculina, pois são brancas, heterossexuais e que se encontram em uma situação privilegiada de classe social. Com exceção da última, essas características são também observadas nas vereadoras eleitas do município.

A relação entre dinheiro e voto em Tocantinópolis pode ser melhor compreendida ao se analisar os números referentes às receitas das campanhas dos candidatos. Tomando o pleito mais recente (2020) como forma de compreender a atual relação entre dinheiro e sucesso eleitoral no município estudado, a Tabela 5 demonstra a diferença média das receitas apresentadas pelos candidatos ao pleito de 2020.

Tabela 5: Diferença média de receitas por sexo do candidato em 2020

Sexo	Média das receitas (R\$)
Mulheres	2.111,04
Homens	3.435,55

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do TSE

Ao comparar as médias simples das receitas dos candidatos homens e mulheres que disputaram as eleições do ano de 2020, é confirmada a colocação de Bohn (2009) e Speck (2013) sobre as eleições locais não serem muito custosas, pois a média de valor aplicado é muito baixo ao se comparar com gastos de campanhas em nível nacional.

Contudo, ainda que o valor médio aplicado nas campanhas seja considerado pequeno, para a realidade de Tocantinópolis é uma quantia significativa, mais ainda considerando que grande parte dos recursos utilizados são oriundos da autodoação (TSE). Desse modo, observando a Tabela 5, é visível que a média das receitas de candidatos homens é, basicamente, um salário mínimo (R\$ 1.324,00) maior que a média das receitas apresentadas por candidatas mulheres, ou seja, eles possuem maior investimento em suas candidaturas que elas.

Comparando as receitas do último pleito para a CMT entre a única mulher eleita e os vereadores mais votado e menos votado, é observado que as receitas de ambos os candidatos homens são maiores que a da vereadora eleita, sendo a receita do vereador mais votado quase o dobro da receita vereadora, como demonstra a tabela 6:

Tabela 6: Receitas dos vereadores mais e menos votados no pleito de 2020

Candidato (a)	Receitas em R\$
Vereadora eleita	6.948
Vereador eleito menos votado	7.050
Vereador eleito mais votado	12.880

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do TSE

Através do exposto é notável que a desigualdade de capital, mesmo em uma quantidade não tão expressiva, faz toda a diferença na candidatura e execução de campanha eleitoral das mulheres de Tocantinópolis, pois este se torna um fator determinante para que elas se lancem

na disputa por um cargo legislativo, se configurando como o principal fator explicativo para os motivos da sub-representação elencados pelos interlocutores.

Desse modo, possuindo conhecimento dessa relação entre dinheiro e voto, a entrevistada V2 afirma: “Se eu tivesse um apoio financeiro, talvez hoje eu era uma ex-prefeita. Faltou financiamento da campanha” (V2, 2022). Assim, constata-se que um maior apoio financeiro às candidaturas femininas é determinante para que estas possam alçar o sucesso eleitoral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar algumas causas da sub-representação política feminina no LMT, através de entrevistas e aplicação de questionário à vereadores e ex-vereadoras do município que se disponibilizaram a contribuir com a pesquisa. Assim, partindo da literatura disponível na área da Ciência Política, buscou-se argumentar a importância da presença feminina nos campos de representação, principalmente no que tange a política local, já que o legislativo municipal é compreendido como a instância de maior representação da sociedade, em que há uma maior proximidade do eleitor com seu representante.

Sob esta perspectiva, é possível afirmar que as hipóteses levantadas que compete à divisão sexual do trabalho e a falta de financiamento de campanhas como os principais fatores da baixa presença feminina no LMT, se confirmam, mesmo que outras questões também se mostrem relevantes na manutenção da sub-representação de mulheres na CMT.

A Divisão Sexual do Trabalho foi observada como um fator explicativo da sub-representação feminina no município, na medida em que o trabalho doméstico se apropria do tempo livre das mulheres, tornando-se um obstáculo para estas adentrarem o campo político, por dois fatores: sobrecarga e não remuneração.

Para mulheres que se dedicam exclusivamente aos cuidados do lar, é gerado um sentimento de incapacidade de lidar com uma função política em conjunto a função doméstica. E por se tratar de um trabalho não remunerado, mesmo que se lancem ao ambiente político, estas mulheres não possuem capital, tanto financeiro, quanto social para arcar com uma campanha competitiva.

Já para as mulheres que possuem uma ocupação para além da esfera privada, a sobrecarga do trabalho doméstico se demonstra na dupla jornada laboral à qual estão expostas. E, por mais que possuam um trabalho remunerado, ainda assim, se encontram em desvantagem orçamental no que tange ao financiamento de suas campanhas, visto que, como observados os dados sobre as receitas, enquanto os candidatos recebem grandes doações, as candidatas possuem como principais financiadoras apenas a si próprias.

Desse modo, a questão financeira também surge como um fator explicativo para a sub-representação de mulheres no município estudado, pois influencia tanto no processo de definição e decisão de candidatura, quanto na sustentação de uma campanha competitiva.

A partir das entrevistas, outras evidências se mostraram relevantes para discussão, como a compreensão que possuem os interlocutores sobre a desigualdade de gênero na

política. Em síntese, observou-se que, sob a perspectiva dos entrevistados, a sub-representação política feminina no LMT se fundamenta em quatro fatores:

1. Falta de atitude das mulheres;
2. Herança cultural da sociedade patriarcal;
3. Medo da mulher de adentrar a política;
4. Desinteresse político.

Assim, observa-se nos legisladores uma disparidade de compreensões quanto a desigualdade política, em que há um entendimento conservador sobre tal desigualdade, pautado em uma lógica patriarcal de pensamento, que a todo momento culpabiliza as mulheres por sua própria sub-representação. Em contraposição há a demonstração de um reconhecimento do histórico de exclusão política ao qual as mulheres foram submetidas, e como isso é um fator que ainda hoje molda a estrutura e o pensamento da sociedade, tanto no que tange às mulheres candidatas, quanto aos eleitores.

No entanto, de acordo com os apontamentos apresentados ao longo deste trabalho, os motivos apresentados pelos interlocutores como determinantes da sub-representação política feminina no município, na realidade possuem uma outra configuração. Constatou-se que, o que os interlocutores compreendem como “herança cultural” e “falta de atitude das mulheres”, na verdade se trata da estrutural desigualdade de participação feminina na política, somado a fatores econômicos identificados no sub-financiamento de campanhas femininas.

Demonstrou-se também que, o que os interlocutores compreendem como “medo da mulher de adentrar a política”, na realidade versa sobre a socialização que elas recebem, que as introduz o sentimento de não identificação e não pertencimento ao ambiente político, e a partir disso, gera o que os entrevistados chamam de “desinteresse político”, que como apontado ao longo deste trabalho, na verdade, refere-se a constante ocupação e preocupação das mulheres com os cuidados domésticos e dos filhos, além da falta de recursos financeiros para arcar com uma campanha política.

Dessa maneira, conclui-se que os motivos da sub-representação de mulheres no LMT elencados pelos entrevistados, foram efetivamente observados como problemas estruturais de desigualdade de participação política, vinculadas às particularidades de um município pequeno que possui uma elite política masculina. Associado a isso, está a questão financeira que se mostrou como principal obstáculo na candidatura e eleição de mulheres em Tocantinópolis. Assim, foi observado que o que falta às mulheres do município são oportunidades de competirem de maneira igualitária por cargos legislativos.

Outra importante questão que emerge das entrevistas diz respeito à política cotidiana das vereadora e ex-vereadoras mulheres que foram eleitas no município. Destaca-se a atuação delas para além do caráter maternalista e do assistencialismo que, segundo a literatura, restringe a atuação política feminina. Assim, por mais que estas representantes não pautem questões de gênero como principal área de atuação, a presença delas na CMT é de suma importância para representação feminina na cidade pautada pela política de presença.

É possível também, explicitar como os apontamentos da literatura se mostram aplicáveis no contexto do município, já que todas as mulheres que alcançaram o *status* de eleita na cidade, possuem uma ocupação que lida diretamente com o público, ou seja, elas possuem uma rede de contatos para além da esfera privada, o que na concepção das interlocutoras é o principal motivo de seu sucesso eleitoral.

No entanto, não se pode desconsiderar o histórico familiar de atuação política dessas mulheres, principalmente ao se tratar da atual vereadora que é oriunda do grupo familiar que há anos ocupa cargos executivos do município. Assim, pode-se afirmar, ainda que de maneira cautelosa, que o contexto social-cultural de Tocantinópolis, assim como outros autores já observaram em âmbito nacional, não é favorável à inclusão de mais mulheres no campo político, pois possui uma cultura tradicional de homens ocupando cargos eletivos de poder. Além disso, a existência de uma elite política familiar, pode também ser um fator da sub-representação política feminina da cidade. Contudo, essa questão necessita de uma melhor abordagem e aprofundamento em estudos futuros.

Portanto, compreende-se que o restrito grupo de interlocutores não gera dados capazes de abranger todas as causas da sub-representação no município, mas esse é o primeiro movimento para que se comece a questionar o histórico de um reduzido número de mulheres na composição da CMT, podendo assim, ser uma base para o desenvolvimento de futuras pesquisas que visem analisar a representação política em Tocantinópolis.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política Vol. 1. Brasília: **Editora UNB**, 1ºed. 1998.

BOHN, Simone. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 63-89, jan./jun. 2009.

BRASIL, Senado Federal. Cartilha do vereador. **Publicações Interlegis – ILB**, Brasília. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Divulgação de candidaturas e contas eleitorais. **Tribunal Superior Eleitoral 2004-2020**. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/partidos/2020/2030402020/96210/4>. Acesso em: 29 set. 2021.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 117**, de 05 de abril de 2022. Altera o art. 17 da Constituição Federal para impor aos partidos políticos a aplicação de recursos do fundo partidário na promoção e difusão da participação política das mulheres, bem como a aplicação de recursos desse fundo e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e a divisão do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão no percentual mínimo de 30% (trinta por cento) para candidaturas femininas. Brasília, DF: Câmara dos deputados e Senado Federal, 2022.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 58**, de 23 de setembro de 2009. Altera a redação do inciso IV do caput do art. 29 e do art. 29-A da Constituição Federal, tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais. Brasília, DF: Câmara dos deputados e Senado Federal, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12034, de 29 de setembro de 2009**. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm#art3 Acesso em: 20 set. 2021.

BRIOLI, Flávia. Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: **Boitempo**, 2018.

BUENO, Adriana A. M.; JUNCKES, Ivan J.; HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; CLEMENTE, Augusto J.. Gênero e Política: A (Sub) Representação das Mulheres nas Eleições de 2008, 2012 e 2016 nos Municípios de Médio e Grande Porte no Brasil. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 35-59, 2020. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/flagg/article/view/15603> acesso em: 25 out. 2021.

BUENO, Adriana A. Mota. Mulheres, Financiamento Eleitoral e Democracia: uma análise da (sub) representação das vereadoras nas eleições de 2008, 2012 e 2016 em 441 municípios. Dissertação (Mestrado) – **Universidade Federal do Paraná**, Matinhos, 2020.

CERVI, Emerson. Financiamento de Campanha e Desempenho Eleitoral no Brasil: Análise das Contribuições de Pessoas Jurídicas, Físicas e Partidos Políticos às Eleições de 2008 nas Capitais de Estado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, 2010.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 2ª ed. São Paulo: **Cortez**, 1995

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: PISCITELLI, A. et all (Orgs.) Olhares feministas. Unesco, Brasília, 2007.

GARCIA, Carla Cristina. Breve História do Feminismo. São Pulo: **Claridade**, 2011;

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 05 out. 2021.

IPU. Inter-parliamentary Union (IPU), 2022. IPU Parline: Global data on National Parliaments. Disponível em: https://data.ipu.org/content/brazil?chamber_id=13349 Acesso em: dezembro de 2022.

KARAWEJCZYK, Mônica. Suffragettes nos trópicos?! A primeira fase do movimento sufragista no Brasil. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 327-346, 2014.

LOPEZ, Felix G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. **Revista de Sociologia e Política**, n. 22, 2004.

MANCUSO, Wagner Pralon; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento de campanhas e prestação de contas. **Cadernos Adenauer**, v. 15, n. 1, p. 135-150, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/002718139>>. Acesso em: 15 de setembro de 2022

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. O Voto Feminino no Brasil. 2º ed. Brasília: Câmara dos Deputados, **Edições Câmara**, 2019.

MAURANO, Adriana. O Poder Legislativo Municipal. 2007. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito Político e Econômico, **Universidade Presbiteriana Mackenzie**, São Paulo, 2007.

MESSIAS, Gelma G. de Matos. Carreira e ambição política dos vereadores de Salvador (1997-2012). **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 72. 2019.

MIGUEL, Luís Felipe. Resgatar a Participação: Democracia Participativa E Representação Política No Debate Contemporâneo. **Lua Nova**, São Paulo, 100: 83-118, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e Política: uma introdução. São Paulo: **Boitempo**, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol 18, n. 3, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 52, n. 1, 2009.

MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12º ed. São Paulo: **Hucitec**, 2010.

PALACIN, Luis. Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: o Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista. São Paulo: Loyola, 1990.

PATEMAN, Carole. O Contrato Sexual. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1993.

PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1992.

PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença?. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 9, n. 1.2001.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: **Perseu Abramo**, 2003.

PITKIN, H. O Conceito de Representação. In: CARDOSO, F.H.; MARTINS, C.E. (Orgs.) Política e Sociedade 2. São Paulo: **Companhia Editora Nacional**.

RIBEIRO, Ednaldo A., OLIVEIRA; Renata A. de. Cultura Política e Gênero no Brasil: estudo sobre a dimensão subjetiva da sub-representação feminina. **Revista Política Hoje**, Vol. 22, n. 1, p. 167-205, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/viewFile/3778/3082> acesso em: 25 out. 2021

ROSA, Liane Serra da; MACKEDANZ, Luiz Fernando. A análise temática como metodologia na pesquisa qualitativa em educação em ciências. **Atos de Pesquisa em Educação**, [S.l.], v. 16, p. e8574, abr. 2021.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou da Educação. São Paulo: **Martins Fontes**, 2004.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno. Financiamento eleitoral e representação política: o peso do dinheiro e o desequilíbrio de gênero nas esferas legislativas. In: **34º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais**. Caxambu, MG. Anais. 2010.

SACCHET. Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. In Mulheres, política e poder. Org. PAIVA, Denise. Goiânia: **Cânone Editorial**, 2011.

SAMPAIO, Jéssica M.; PAULA, Mariane F. P. de; MIRANDA, Adílio Renê A. Mulheres Na Política: Um Estudo Na Câmara Municipal De Uma Cidade Do Sul De Minas Gerais. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 7, n. 1, 2016.

SARTI, Cynthia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos feministas**, Florianópolis, vol. 12, n.2, 2004.

SPECK, Bruno Wilhelm; MANCUSO, Wagner Pralon. O que faz a diferença? Gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. **Cadernos Adenauer**, v. 14, n. 2, p. 109-126, 2013. Disponível em: <<https://bdpi.usp.br/item/002479911>>. Acesso em: 21 de maio de 2022

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, 67: 139-190, 2006.

APÊNDICE

Questionário aos vereadores

- ♦ Questionário referente à visão dos vereadores da Câmara Municipal de Tocantinópolis sobre a atuação política de mulheres no legislativo municipal.
- ♦ Nenhum dado que seja permitido identificá-lo será publicado, portanto sinta-se livre para responder com sinceridade.

***Obrigatório**

1. Nome *

2. Data de nascimento *

3. Como você se identifica? *

Branco

Preto

Pardo

Amarelo

Indígena

Outro: _____

4. Qual sua escolaridade? *

Ensino Fundamental

Ensino médio En-

sino Superior Tec-

nólogo

5. Qual era sua profissão antes de ser vereador? Você ainda exerce essa profissão? *

6. Quantos mandatos como vereador você já teve? *

1

2

3

4 ou mais

7. Qual o ano do primeiro mandato?

8. Qual seu partido atualmente? *

9. Você é a favor de mais mulheres na política? *

10. Na sua avaliação, por que há poucas mulheres participando da política? *

11. Na sua opinião, o que poderia ser feito para aumentar o número de mulheres na política? *

12. " A democracia brasileira ganha com mais mulheres participando da vida política". Você concorda com essa afirmação? Justifique. *

13. Você acredita que são iguais as possibilidades de candidatura e eleição para homens e mulheres? Justifique. *

14. Você considera que há alguma diferença entre o modo de atuação de vereadores homens e mulheres? Por quê? *

15. Em grau de importância, você considera que a presença de mulheres vereadoras na câmara municipal de Tocantinópolis é: *

- Muito importante
- Pouco importante
- Não tem importância
- Tanto faz

16. Na sua opinião, a câmara municipal de Tocantinópolis precisa de mais vereadoras mulheres? Por quê? *

17. Na sua opinião: *

- Os eleitores sentem maior confiança em candidatos homens
- Os eleitores sentem maior confiança em candidatas mulheres
- Os eleitores não se importam com o sexo do candidato

18. Na sua avaliação, quais podem ser os possíveis motivos para não haver mais *
mulheres vereadoras na Câmara Municipal de Tocantinópolis? (Pode marcar
mais de uma alternativa)

Marque todas que se aplicam.

- As mulheres da cidade não se candidatam
- Mulher não gosta de se envolver com política
- As candidatas não tem dinheiro para fazer uma boa campanha eleitoral
- Os eleitores não acreditam no potencial das candidatas
- As candidatas não possuem os requisitos necessários para serem vereadoras
- Outro: _____

19. Em relação às cotas eleitorais de gênero, você é: *

- A favor
- Contra
- Indiferente

20. Qual o seu grau de conhecimento a respeito da Lei de cotas eleitorais de *
gênero?

- Conheço muito bem
- Tenho um conhecimento básico
- Não conheço

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários